

## Os que pouco escrevem: cartas em meia folha

CARLA GASTAUD<sup>1</sup>

O título do trabalho é uma referência a Roquette que, em seu manual de civilidade, adverte: “escrever em papel grosso, em meia folha, só para os criados de escada abaixo, e para o vulgo”. Este trabalho busca contribuir para a compreensão dos modos como pessoas que têm menos familiaridade com o universo do escrito constituem suas práticas de correspondência na primeira metade do século XX, no Rio Grande do Sul, para tanto analiso dois conjuntos epistolares, D e G. ambos são conjuntos epistolares privados ainda na posse das famílias que os constituíram.

O conjunto Família D é constituído por quarenta e uma cartas familiares e de negócios<sup>2</sup>, dirigidas a membros dessa família, ao longo de décadas. Os diversos remetentes apresentam níveis desiguais de familiaridade com a escrita e, até onde pude determinar, idades, situação social e condições econômicas variadas. Essas cartas têm como assunto, principalmente, os negócios, e como origem, diferentes cidades localizadas na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai: Bagé, Mello, Aceguá e Santana do Livramento, além de Porto Alegre e Montevideú. Tal geografia remonta ao uso da terra no pampa, comum nessa região, onde os mesmos proprietários possuem terras nos dois países.

O conjunto Família G é formado pela correspondência mantida por Rita e Antônio (os nomes são fictícios), namorados, depois esposos, residentes, ele em Porto Alegre e ela em Pelotas, durante o período de namoro nas décadas de 1930 e 1940. Os subconjuntos são designados pelos nomes dos remetentes. Há ainda um bloco menor de cartas, dirigidas aos destinatários por outros remetentes. Nesse conjunto existem as cartas dos dois correspondentes. São quinhentas e setenta e duas cartas, ainda em seus envelopes, separadas

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta ICH/UFPel  
Doutora em Educação pela UFRGS

<sup>2</sup> São correspondências de diversos tipos, desde bilhetes infantis e cartas ao “mano Dico”, até cartas tratando de arrendamentos e aluguéis, ou convidando o destinatário a integrar a “Comissão da Mostra Ganadera de Rivera”. Também as competências gráficas dos missivistas são diversas com um domínio da gramática epistolar bastante díspar.

por ano, em maços atados por fita. Estão guardadas em duas caixas, as dela em uma e as dele em outra.

Em seu Código do Bom-tom, manual de civilidade português, reeditado várias vezes no século XIX, o Cônego J. I. Roquette ([1866] 1997, p. 266-270) assegura “depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar”. Por essa razão, o Cônego incluiu em seu livro um longo capítulo sobre as cartas, ocupando-se de todos os aspectos - o papel, a caligrafia, a composição – sugerindo, ainda, variados modelos para esse tipo de escrita. As cartas devem ser claramente escritas, com boa letra e sem erros de ortografia ou gramática.

Para esse autor, há possibilidade de diferenciação social pela conformação da correspondência. A aparência externa da carta deve estar de acordo com a condição de seu destinatário e, de certa maneira, a declara. Se, como já disse, “escrever em papel grosso, em meia folha” é só para os de “escada abaixo” (ROQUETTE, [1866] 1997, p. 270), por outro lado, ao escrever-se cartas que “vão a presença del-rei”, dobra-se o papel em quatro partes iguais e escreve-se somente na quarta parte. (ROQUETTE, [1866] 1997, p. 272 ).

Os materiais/instrumentos de escrita têm significados no jogo epistolar. Papel branco, colorido, fino, grosseiro, bom papel, perfumado, tarjado, impresso, pautado. Cada um significa coisa diferente. O papel branco e fino é o único adequado a todos, o papel tarjado de luto indica uma morte antes mesmo que a carta seja lida, o papel pautado revela uma competência de escrita que não prescinde da linha, o papel impresso com um timbre de hotel ou endereço comercial já aponta a tipologia da carta.

A pena requer habilidade superior. Monteiro Lobato, epistológrafo contumaz, em sua correspondência a Godofredo Rangel que se estende por quatro décadas, usa lápis apenas na última carta quando, afetado pelo que chama de espasmo vascular, avalia não ter condições de usar a pena, “chegou afinal o dia de te escrever, e vai a lápis, porque a pena me sai mal”. (1951a, 361).

Monteiro Lobato justifica-se por empregar o lápis porque não o utilizava habitualmente. Além disso, o lápis - dizem os manuais - “é incivil”<sup>3</sup>, denuncia uma menor

---

<sup>3</sup> D'ÁVILA, 1942, p.158. Da mesma forma, Lucia Jordão Villela: “o lápis não pode ser usado sob pena de incivilidade”. (1967, p. 253).

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

habilidade gráfica e está associado às primeiras letras. Escrever a lápis caracteriza uma escrita mais incipiente e menos formal.

No conjunto família G há duas únicas cartas enviadas por Naná, que são escritas a lápis e são as cartas que exibem a menor competência gráfica de todas as que integram este conjunto. Naná parece ter sido uma agregada da casa. Helena a enumera ao lado dos empregados da família quando escreve “Abraço das creadas, Naná, etc.”. (Carta de 06 de agosto de 1933). Segundo as cartas, parece ter mantido laços com a família mesmo após casar-se e mudar-se para outra cidade.

O papel que Naná utiliza na correspondência que segue não é exatamente papel de carta, e ela prescinde de informar o local e a data da escritura. O papel é menor, como se fosse a folha arrancada de uma caderneta, grosso e pautado. A reprodução da carta de Naná, a seguir, é emblemática:

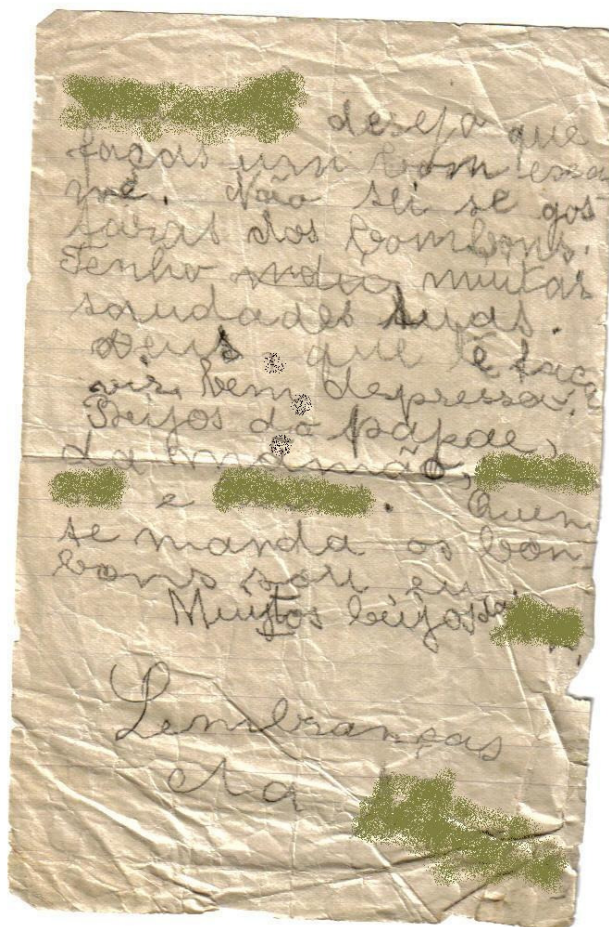


Figura 1 – Página de Carta de Naná a Antônio,  
08 de abril de 1933, Conjunto G.

A carta escrita por ela é enviada no mesmo envelope da correspondência de Leninha, o mesmo ocorre com a outra carta enviada por Naná que, desta feita, além de aproveitar o envelope, também é escrita no papel de carta de Leninha:

Querido Antônio

Te esqueceste da Naná?

Desejo-te muita saúde e que já estejas mais gordinho.

Aqui passam bem, este papel é da Leninha. Neste momento estou vendo os peixinhos da água são muito bonito que o Seu Alfredo trouxe. A tua pequena vai bem. sabes que esta no colegio S. José e Leninha também. Não espero resposta, porque tens muito que estudar, so quero que mandes dizer para a tua Maezinha que recebeste m<sup>as</sup> letras mal escritas, e que te lembres de mim com saudades. Deves estar afflicto que chegue o mez de

Junho, não é assim? Tens razão. Aceita abraços da Naná. (Carta de 19 de abril de 1934. Conjunto G).

Nesta carta, Naná, assumindo uma posição subordinada, é pouco exigente em relação às obrigações impostas pelo pacto epistolar, ela declara: não precisa me responder, sei que estás ocupado. Naná fica nos bastidores, como a Helène da família Marx. (PERROT, 2005, p. 63). Escreve-se a ela indiretamente, pelo menos até seu casamento.

Por sua vez Naná também manda recados nas cartas dos outros. Como na carta escrita por Helena, em 25 de novembro de 1933, que começa com: “Estou te escrevendo e a Naná esperando n’uma cadeira, para levar a carta. Ella manda te dizer que está ansiosa por te ver por cá e que tu venhas radiante. Amanhã domingo na missa irei pedir para que te saias bem em tudo”, e termina com Naná:

Amanhã vamos ver o Meu boi morreu. Tens estudado mais agora? Vou terminar porque a Naná está com pressa. Saudades de todos muitos beijos do teu pae e da tua mãe amiga, Helena”. (Carta de 25 de novembro de 1933. Conjunto G).

Não é a única carta em que a referência ao encarregado de postar a carta justifica seu término. Pode ser o pai<sup>4</sup>, a Naná<sup>5</sup>, a Salomé, a Leninha<sup>6</sup> ou mesmo a própria remetente.

A conexão entre autor e destinatário de uma carta afirma a característica dialógica do comércio epistolar, pois a carta é produto desta relação e os correspondentes seus protagonistas.

Outro detalhe relativo ao papel é a falta dele. Naná não tem papel para cartas, ela usa a folha arrancada de uma caderneta e, na segunda carta, usa o papel de Leninha. Entretanto, depois de casada, Naná manterá correspondência com a família<sup>7</sup> - com Helena, com a avó,

<sup>4</sup> “O teu pae está na hora de ir e eu quero aproveitar para elle levar”. Carta de 28 de agosto de 1935. Conjunto G.

<sup>5</sup> Entre outros exemplos, Naná também espera pela carta de Helena, a escrita em 11 de novembro de 1933, que encerra com “vou terminar porque a Naná está a espera, para ir ao correio e está com pressa”. Conjunto G.

<sup>6</sup> “Tenho só 3 minutos pois a Leninha não pode esperar mais nada está de provas”. Carta de 23 de novembro de 1935. Conjunto G.

<sup>7</sup> Carta de Helena de 10 de agosto de 1934: “Naná ja escreveu, pediu-me a tua direcção [...]. Vou terminar quero escrever a Naná saudades de todos da família”.

Carta de Helena de 15 de dezembro de 1934: “Recebi uma carta da Naná, muito queixosa e tem razao, vou escrever-lhe contou-me todo o casamento da Maria e Neco. Antes de vir vae dar-lhe adeus”.

com tia Eulalinha – e reclamará visitas de Antônio quando não reclamou resposta às suas cartas. É possível que isso indique uma mudança de seu *status*.

A utilização do papel expressa a distinção social dos correspondentes. Conforme a posição social do destinatário em relação ao correspondente que escreve, maior ou menor será a parcela da página ocupada pela escrita. Margens, espaço entre as linhas, terço superior livre, espaços em branco, que Sierra Blás (2003, p.125) denomina escritura invisível, isto é, espaço “que sin estar escrito, significa”. A apresentação da carta – uma distribuição agradável do escrito, adequada, limpa, sobre bom papel, em boa caligrafia – cria um conceito sobre o autor da missiva.

A nossa é uma sociedade escriturária, “se organiza e se consolida na escrita” (CAMARGO, 2000, p. 44) e mesmo os que não dominam estas habilidades, as utilizam indiretamente.

Aprender a escrever e a ler ao mesmo tempo é comum e esperado no nosso tempo, e papel da escola que conhecemos. Não foi sempre assim. Por muito tempo ler aconteceu antes de escrever e para muitos a habilidade de ler não era associada à de escrever<sup>8</sup>.

Há uma relação de forte desigualdade entre os que lêem e os que não lêem, entre os que escrevem e os que não escrevem, conforme Petrucci, “*la historia de la cultura escrita también es historia de esta desigualdad [gráfica]*”. (2002, p. 27).

A “democratização do escrito”<sup>9</sup> é o início do longo processo que converteu a carta em uma “*practica cotidiana de comunicaci3n escrita*”. Na Época Moderna ocorrem, pela primeira vez, as condições que possibilitaram “*una maior producci3n y extensi3n social de la correspond3ncia*”, a saber, a difus3o do alfabetismo de um lado e, de outro, o sentimento de n3o pertencer, de desenraizamento, de dist3ncia, provocado, por exemplo, pela emigra3o. (SIERRA BLÁS, 2003, p. 32-3).

A escola desempenha um papel fundamental na amplia3o do alfabetismo e, no que interessa a essa pesquisa, educando nas pr3ticas epistologr3ficas, ensinando a “*la gente el modo correcto de escribir las cartas conforme la identidad del destinatario, al objeto de la*

---

<sup>8</sup> Conforme Chartier (1994, p.25): “nas sociedades arcaicas, onde o aprendizado da leitura e da escrita s3o dissociados e sucessivos, h3a numerosos indiv3duos (sobretudo mulheres) que deixam a escola sabendo ler, ao menos um pouco, mas sem conseguir escrever”.

<sup>9</sup> Como denomina Armando Petrucci apud SIERRA BLÁS, 2003, P. 31.

*misiva o a la situación de escritura*” (CASTILLO GOMES, 2003a, p. 20), através do uso de manuais epistolares e da escrita de cartas como exercício pedagógico.

À educação que acontece na família é preciso acrescentar uma disciplina, “que só pode ser uma aprendizagem socializada pela escola”. Ao longo do século XVII os manuais de civilidade passam a ser “uma das peças indispensáveis aos aprendizados elementares”, os tratados – impressos no tipo “letra francesa de arte manual” – se prestam também ao aprendizado da leitura de textos manuscritos. “É sob essa forma que a civilidade invade as práticas escolares”, sentencia Jacques Revel (1991, p. 176). Os manuais ensinam, entre outras coisas, como comer à mesa, a não cuspir no chão, a não assoar-se nas mangas (ELIAS, 1994) e a escrever cartas de forma adequada.

Há múltiplas diferenciações no acesso à escrita que resultam em variações no processo de privatização que caracteriza os três séculos da era moderna. Para Chartier (1991, p. 119), “saber ler é primeiramente a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da intimidade individual”, como as novas devoções. A difusão das habilidades de leitura e de escrita “suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apóia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade”. (CHARTIER, 1991, p.119). Quanto maior a familiaridade com a escrita, maior serão a emancipação e a autonomia do indivíduo, quer seja em relação à comunidade tradicional, quer seja em relação a intérpretes autorizados da legislação ou dos livros sagrados.

O Conjunto Família D é um arquivo familiar que reúne uma variedade de documentos e quarenta e uma cartas. Acumulados durante sessenta anos e guardados por outros sessenta e um, transcorridos desde que a última folha de papel foi acrescentada ao arquivo, esses documentos contam uma história de família editada pelo tempo, pelo acaso e pelos sucessivos arquivistas.

As cartas do arquivo da Família D tem um correspondente principal, o Sr Frederico Pinho, ele é o destinatário da totalidade das cartas,. Os autores da correspondência são diversificados, e também seus temas, embora haja uma predominância de cartas com implicações de negócios.

Também são diversificadas as habilidades gráficas de que dispõem os correspondentes. Ao escrever a Frederico, a mãe usa um escrevedor, a menina é ainda uma aprendiz, os filhos e o genro são habilidosos – boa caligrafia, facilidade de expressão - e os correspondentes de negócios também. Por outro lado, escreve a Frederico um preposto da estância e um Cabo Carreiro do 7º Batalhão que não têm o domínio da pena. O preposto escreve dando ciência do andamento da estância ao patrão. Vejamos como se caracteriza sua carta:

[...] agora tenho estado compondo os aramados dos campos do fundo como ser alinhado do Chapicuy que nos pertensem e hoje passei para o sarandi e dahi sigo as envernadas.

Enfim serviso não me falta.

Com esta já são três cartas que lhe escrevo e não tive inda o prazer de reseber uma do Señr

Vire

Atribou que se tenham estraviado.

O Maneca que não seja vadio que não se esqueça dos Am<sup>o</sup> que me escreva.

Com esta finalizo a tarde i esta chovendo muito por aqui, sem outro assunto.

Dara as minhas sinseras saudades a seu Pinho e Dn<sup>a</sup> Plácida e vossos apreciados filhos e filhas.

e o Señr aseite as mesmas

Deste seu Am<sup>o</sup> serto que espera suas ordens como sempre

Paulo Martins (Carta de 25 de maio de 1903. Conjunto D).

O precário domínio do uso do papel e a letra rude também deixam ver a dificuldade do correspondente no uso da pena. A confusão entre o castelhano e o português não serve de referência em relação a isso já que ela também está presente em cartas de correspondentes bastante hábeis, podendo ser atribuída à região de fronteira onde se localizam as cidades e propriedades em que vivem os correspondentes. Ainda hoje os idiomas se mesclam nos falares fronteiriços.

Destaca-se, contudo, o fato de que em 1903, mesmo um preposto de estância se serve de uma carta para comunicar-se com seu patrão, sinalizando a importância da escrita epistolar como forma de comunicação e atestado de domínio das competências de leitura e escrita em diferentes graus. Note-se que o missivista não só escreve, como também reclama o recebimento de cartas para sua leitura e informação. Além disso, pode haver um componente

relacionado a prestígio e autoridade decorrente de receber cartas do proprietário e de implementar seus ordenamentos.

O Cabo Carriero, Zeferino, escreve ao “diguinisimo amigo”, em abril de 1926:

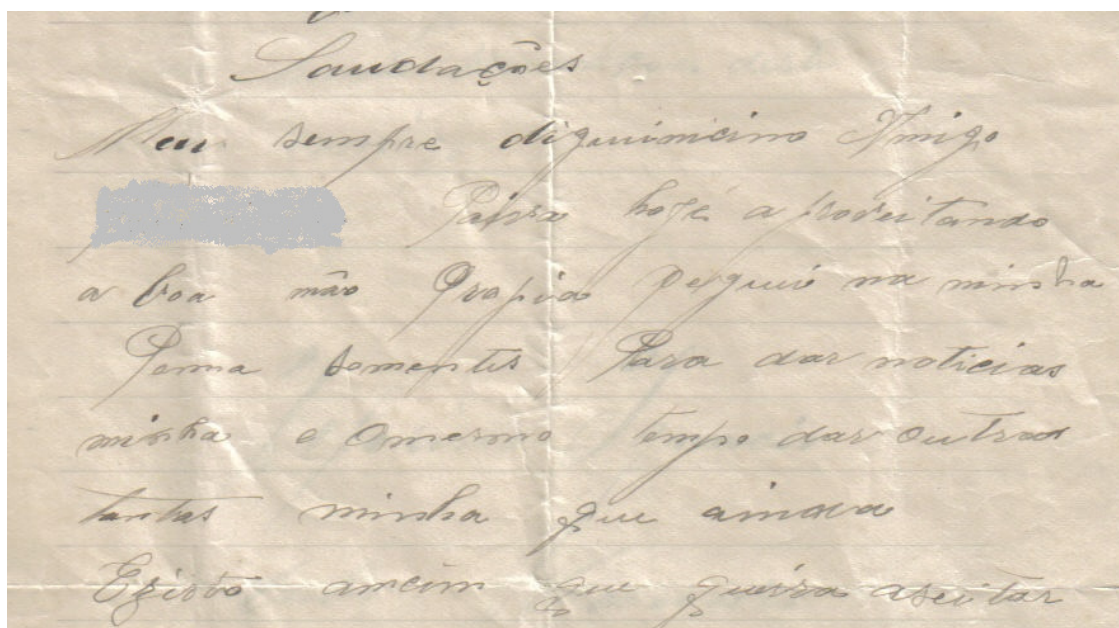


Figura 2 – Carta do Cabo Carriero Zeferino, abril de 1926, Conjunto D.

Aproveita o que ele chama de “a boa mão própria”, para dar notícias e oferecer suas saudades. Essa carta produz um certo estranhamento, talvez isso se dê apenas porque se ignora a relação entre os correspondentes. O estranhamento aliado à situação frequentemente conflituosa e conspiratória da região, faz pensar sobre outra possível motivação que oriente sua escritura<sup>10</sup>.

Isso não seria inédito. Estratégias várias podem ser empregadas para dizer sem dizer, isto é, para comunicar de forma codificada, dizendo apenas a quem conhece o código. Solomon relata a estratégia sugerida pela filha, que escreve de Blumenau, às escondidas da

<sup>10</sup> Transcrição da carta: “Saudações. Meu sempre diguinisimo amigo Frederico Pinho hoje aproveitando a boa mao própria peguei na minha pena somente para dar noticias minha e o mesmo tempo dar outros tantos minha que ainda existe acima que queira aseitar milhões de saudades deste seu amigo e queira saudades para Dona Plácida e os demais sem mais querendo responder-me responde a um soldado do 2º Regimento por nome Fernando Cyriaco do 1º esquadrão que e um filho meu que eu tenho no mesmo eu sou Cabo Carriero do mesmo. Mais fiquei aqui sem mais sensações deste seu amigo Zeferino Ignácio”. (Carta de abril de 1926. Conjunto D).

mãe, ao pai que vive na Alemanha<sup>11</sup>: “[se fiz] mal em escrever-te isso, escreve em tua próxima carta um Não, no caso contrário um Sim isolado; eles não sabem o que isso quer dizer, mas eu sei” (SOLOMON, 2002, p. 64), estabelecendo um código para burlar a vigilância familiar.

Neste caso, o código é uma palavra. Entretanto, essa não é uma condição necessária. O código pode estar na cor do papel, na colocação da data e, até, na forma como a carta é dobrada. Qualquer detalhe pode ter outro significado.

Na carta que Solomon (2002) cita, a combinação do código está expressa, mas se a combinação não se fizer por escrito, o código permanece opaco para nós, não somente intraduzível como, possivelmente, imperceptível.

Não é possível conhecer as motivações que levaram o Sr. Frederico a guardar a carta do Cabo Carreiro, pode ser um amigo de infância, pode ser por uma obrigação epistolar não cumprida, pode ser porque documenta uma conspiração em andamento.

“Ler uma carta é entrar em uma história sem conhecer a primeira palavra, sem saber o que aconteceu antes, nem o que virá depois”, escrevem Dauphin e Poublan (2002, p. 76), e se o longo período de acumulação encontrado neste conjunto documental atenua a sensação de incompletude que a leitura de uma carta provoca, não o soluciona. Apesar de ser possível acompanhar histórias que se desenrolam e prosseguem em cartas seguidas, a história que acompanhamos é lacunar.

Uma carta é um momento de longa duração (DAUPHIN e POUBLAN (2002, p. 76). Um conjunto epistolar que cobre sessenta anos é um momento de longa duração que, por sua vez, cobre um momento na história daquelas pessoas, um momento relativamente longo, do qual continuamos sem conhecer a primeira palavra e sem saber o que virá depois. Uma espécie de flagrante das existências, tempo fugidio e ao mesmo tempo saturado de intensidades vividas. As cartas contém mundos inalcançáveis, apenas brevemente vislumbrados. Mas como feixes de luz, permitem vislumbrar vidas narradas.

---

<sup>11</sup> Nessa história, Frederica escreve em 1902 para relatar ao pai o adultério da mãe que coabita com outro homem na casa familiar. A carta integra os documentos do processo de divórcio do casal (Solomon, 2002, p 57 *et seq.*).

Ao escrever uma carta, os missivistas, a partir de um repertório compartilhado de palavras, conceitos, modelos, gestos e costumes, pensam e expressam um mundo exterior ao empreendimento escriturístico em que se empenham.

As práticas de correspondência eram extremamente difundidas no período em questão. Há os que escrevem muito bem, há os que o fazem sofrivelmente e, outros há que têm um domínio reduzido dos códigos gráficos. Esses, os que não têm uma boa mão própria, que podem até recorrer a um escrevente mais qualificado para uma carta de cerimônia, usualmente desculpam-se por não escreverem como se deve, e então escrevem suas cartas antecipando a apreciação que o destinatário fará delas.

Todavia, escrevem. Escrevem e enviam suas cartas. Fazem este esforço porque é necessário - não somente por conta da informação que uma carta pode levar, mas para reafirmar laços, firmar solidariedades, marcar posições, ou para cumprir um dever social.

Outros não escreveram cartas e talvez não soubessem escrever. Junto com Naná, a Família G listava Albertina e Ubaldina, mas não se fala em cartas delas. Ao contrário, pelo menos uma vez, ficamos sabendo, em carta de Helena, que Carlos estava na cozinha lendo uma receita para Albertina. A participação dessas pessoas nas práticas epistolares é indireta – elas mandam abraços e recebem lembranças nas cartas dos outros – entretanto, elas também esperam o carteiro, também anseiam pelas notícias, alcançam o papel, compram os selos, levam as cartas ao correio. Pode-se imaginá-las junto com o pessoal da casa ouvindo a leitura das cartas recebidas pela família.

A forma como uma carta é escrita revela a formação e a competência gráfica de seu autor. Escrever bem, isto é, escrever conforme a norma, utilizando os materiais adequados, é um marcador de distinção social. Escrever demasiado conforme o manual é um marcador às avessas, denunciador da pouca familiaridade do signatário com a pena.

Para os correspondentes cujas cartas analisei, as práticas de correspondência eram parte do cotidiano. Cartas eram escritas, enviadas, esperadas, recebidas, lidas e, às vezes, guardadas. As crianças escreviam cartas para os pais, os parentes de Portugal mandavam notícias, os filhos reclamavam cartas, prepostos e representantes enviavam relatórios. Esta cotidianidade da correspondência fazia com que os protocolos epistolares fossem conhecidos e utilizados por eles, mesmo sem o recurso a um manual.

Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza com a ampliação da alfabetização da população e com a criação dos sistemas escolares, entretanto, as habilidades gráficas, assim como os artefatos e suportes das práticas de correspondência se distribuem de forma desigual. Entre os correspondentes, há os que escrevem muito bem, há os que o fazem sofrivelmente. Esses, os que não têm uma “boa mão própria”, desculpam-se, nas cartas, por não escreverem como se deve. Todavia, escrevem e enviam cartas. Fazem o esforço porque é necessário, não somente pelas informações que uma carta leva, mas para reafirmar laços, firmar solidariedades, marcar posições ou cumprir um dever social.

Na perspectiva dessa desigualdade, analiso um *corpus* documental constituído por dois conjuntos epistolares: Família D e Família G, ainda na posse das famílias que os constituíram. Nos dois conjuntos se encontram cartas de empregados e de agregados que não seguem os protocolos epistolares e utilizam materiais considerados inadequados. Os instrumentos de escrita têm significados no jogo epistolar. Por exemplo, a correspondente do conjunto G que se pode identificar como menos hábil, utiliza papel pautado e lápis, indícios de sua menor familiaridade com a escrita. Além disso, ignora protocolos e gramática epistolar, e é pouco exigente em relação às obrigações impostas pelo pacto epistolar, ela declara: não precisa me responder, sei que estás ocupado. Ora, isso contradiz a característica dialógica do comércio epistolar, por definição uma carta requer resposta. Há uma relação de forte desigualdade entre os que lêem e os que não lêem, escrevem e não escrevem, entre os que escrevem bem e os que não o fazem, Como escreve Petrucci, a história da cultura escrita também é a história da desigualdade gráfica. A escola desempenha um papel fundamental na ampliação do alfabetismo e, no que interessa a essa pesquisa, educa nas práticas epistolográficas. A difusão das habilidades de leitura e de escrita, afirma Chartier, suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apóia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e de dirigir a sociedade.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins. **Cartas e Escrita**. Tese de doutorado defendida na UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em 2000.

CASTILLO GOMES, Antonio. *Entre la pluma y la pared*. Madrid: Ediciones Akal, 2006

CASTILLO GOMES, Antonio. Prólogo. In: SIERRA BLÁS, Verónica. *Aprender a Escribir Cartas. Los Manuales epistolares em la Espanha contemporânea (1927-1945)*. Espanha: Ediciones TREA, 2003b.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, R. (Org.). **História da Vida Privada**, v.3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre apropriação e distinção**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003 a.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver-cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena C., CUNHA, Maria Teresa S. e MIGNOT, Ana Chrystina V.(orgs.). **Destinos das Letras: História, Educação e Escrita Epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

DAUPHIN, Cecile. *Prête-moi ta plume... Les manuels épistolaires au XIXe siècle*. Paris, Klimé, 2000.

D'ÁVILA, Carmen. **Boas maneiras**. Ilustrações de Noemia. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Civilização Brasileira S.A., 1942.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.

GOMES, Angela Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. C. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LOBATO, Monteiro. A barca de Gleyre. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro. A barca de Gleyre. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951a.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura. Primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade In: CHARTIER, R. (Org.). **História da vida Privada**, v.3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

ROQUETTE, JI, **Código do Bom-Tom, ou regras da civilidade e do bem viver no século XIX**. Organizado por Lília Moritz Shwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, [1866]1997.

SIERRA BLÁS, Verônica. ***Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares em la Espanha contemporânea (1927-1945)***. Ediciones TREA, 2003.

SOLOMON, Marlon. **As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

VILLELA, Lúcia Jordão (Tradução e Adaptação). **Saber viver**. São Paulo: Livraria Editora Flamboyant, 1967. Ela Enciclopédia. Título original: *Lê savoir-vivre, Collection "Femmes d'Aujourd'hui"*, 1961, Bruxelles.